

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No passado dia 23 de janeiro, uma delegação do PCP visitou o Serviço de Urgência do Hospital de Faro, tendo reunido com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve. Esta visita foi seguida por outra, no dia 30 de janeiro, ao Serviço de Urgência do Hospital de Portimão.

Num e noutro serviço de urgência, a delegação do PCP deparou-se com problemas, cuja resolução exige a urgente disponibilização, por parte do Governo, de meios humanos e materiais adicionais.

Os dois serviços de urgência veem-se forçados a recorrer ao internamento de utentes, apesar de a permanência nas urgências não dever exceder as 12 horas. Tais internamentos são uma consequência do facto de diversos serviços dos hospitais de Faro e de Portimão não terem capacidade para receber imediatamente os doentes encaminhados pelos serviços de urgência, pelo que os doentes têm de permanecer internados nas urgências – indevidamente – até poderem ser transferidos para esses serviços.

De acordo com as informações recolhidas pelo PCP, a permanência forçada nos serviços de urgência de Faro e de Portimão chega a prolongar-se por 5 dias, com óbvios inconvenientes para os doentes e também para os profissionais de saúde.

A delegação do PCP pôde presenciar que os serviços de urgência estão sobrelotados. Na urgência do Hospital de Faro na sala de decisão, com capacidade para 30 doentes, estavam cerca de 60 (taxa de ocupação de 200%). Em Portimão, a sala de decisão estava com uma ocupação de 150%. As condições existentes – com macas encostadas umas às outras, ocupando, no Hospital de Faro, todo o espaço disponível – não asseguravam as necessárias condições de dignidade e de privacidade aos doentes, nem de trabalho aos profissionais de saúde. Por exemplo, na sala de decisão das urgências do Hospital de Faro as macas estavam tão próximas umas das outras que não era possível correr as cortinas para isolar os doentes uns dos outros, implicando que os cuidados prestados – como a mudança de fraldas – estavam a

ser feitos num espaço aberto, sem assegurar a privacidade dos doentes.

Também as condições de trabalho para os profissionais de saúde não eram apropriadas. De acordo com a informação prestada à delegação do PCP, as equipas têm a dimensão adequada para os serviços de urgência, mas não para acompanhar dezenas de doentes internados indevidamente nesses serviços. Assim, recursos humanos dimensionados para as urgências propriamente ditas, têm também de prestar cuidados aos doentes que aguardam, nas urgências, vários dias até serem transferidos para outros serviços. Esta circunstância coloca os profissionais de saúde sob grande pressão, exigindo-lhes um esforço acrescido. O PCP não pode deixar de valorizar a dedicação dos profissionais de saúde, que com o seu empenho garantem o funcionamento dos serviços de urgência.

Os diferentes serviços do Hospital de Faro e do Hospital de Portimão deveriam ter a capacidade para poder receber imediatamente os doentes encaminhados pelos serviços de urgência, pondo fim aos internamentos indevidos nas urgências. E isso requer, por sua vez, que os recursos humanos desses serviços sejam reforçados. As contratações já efetuadas ou em curso são de valorizar, mas são insuficientes face às carências do Centro Hospitalar Universitário do Algarve. Por exemplo, está prevista a contratação, até ao final de 2018, de 22 médicos, mas este centro hospitalar precisa de mais 120.

Os serviços de urgência dos hospitais de Faro e Portimão têm também carências ao nível do equipamento. É preciso substituir equipamento obsoleto (ventiladores, por exemplo) e adquirir novos equipamentos (ecógrafos e monitores), além de renovar as macas e outro material de apoio (como cadeiras de rodas).

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia o Governo a situação nos serviços de urgência dos hospitais de Faro e de Portimão, designadamente no que diz respeito as condições de atendimentos aos utentes e de trabalho dos profissionais de saúde?
2. Face à situação nos serviços de urgência dos hospitais de Faro e de Portimão irá o Governo acelerar o processo de contratação de profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais –, dotando estes hospitais de recursos humanos adequados?
3. Irá o Governo acelerar o processo de renovação e aquisição de novos equipamentos no Centro Hospitalar Universitário do Algarve, nomeadamente nos serviços de urgência dos hospitais de Faro e de Portimão?

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)